
Entre o Tabu e a Transformação: Reconstruindo as Narrativas sobre a Restrição de *Cannabis* Medicinal no Jornal *O Estado de S. Paulo* Em 2022¹

Emilly Caroliny Alves CARNEIRO²

Universidade Estadual do Piauí

Sônia Maria dos Santos CARVALHO³

Universidade Estadual do Piauí/Universidade Federal do Pernambuco

RESUMO

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento que analisa as narrativas jornalísticas veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* durante cobertura do caso de restrição do uso de canabidiol pelo Conselho Federal de Medicina em outubro de 2022. Utilizando abordagem qualitativa, foram analisadas quatro matérias conforme a análise crítica da narrativa proposta por Motta (2005). O estudo busca compreender a abordagem tomada pelo jornal, que em si, contribui em última instância, com a construção social de significados em relação à *cannabis*. Os resultados preliminares mostram que *O Estado de S. Paulo* abordou a pauta com narrativas tendendo à desconstrução de estigmas e fomentando um debate sobre o uso medicinal, tendo como suporte o discurso científico e recorrendo a composição jornalística que trouxe aos leitores tanto a historicização da maconha quanto os avanços e retrocessos no debate público sobre tema.

PALAVRAS-CHAVE: *cannabis*; jornalismo; narrativa; O Estado de S. Paulo

INTRODUÇÃO

A *cannabis* tem ocupado uma posição peculiar na sociedade ao longo de mais de quatro mil anos de história humana. Desde tempos remotos, seu uso foi testemunhado em diversas culturas, seja como uma manifestação sagrada, como um produto cobiçado no mercado ou como um remédio potencialmente eficaz para o tratamento de várias doenças (França, 2015). No entanto, mesmo diante desse passado multifacetado, uma série de fatores, como a incorporação de novas crenças e padrões sociais moralistas, aliado ao

¹ Trabalho apresentado no Intercom Júnior – IJ01 – Jornalismo do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 4 a 8 de setembro de 2023.

² Recém-graduada em Bacharelado em Jornalismo do 8 Período da Universidade Estadual do Piauí (UESPI). E-mail: emellycarneiro@aluno.uespi.br.

³ Discente especial do Doutorado em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI), professora efetiva do Curso de Bacharelado em Jornalismo da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), Mestra em História do Brasil (UFPI), membro do Grupo de Pesquisa em Comunicação Alternativa, Comunitária, Popular e Tecnologias Sociais (UESPI) e do Grupo de Pesquisa em História das Ciências e da Saúde – SANA Piauí (UESPI). E-mail: soniamaria@cceca.uespi.br/sonia.mariac@ufpe

crescente preconceito racial profundamente arraigado nos séculos XIX e XX, contribuíram para que a maconha, outrora celebrada e valorizada, se tornasse um tabu.

Durante décadas, a planta permaneceu no espectro da estigmatização, cercada de uma variedade de significados atribuídos, que lhe conferiram o título de ameaça à ordem social e à saúde pública (Fraga, 2018). Assim como todo tabu enraizado na sociedade, o tema era - e ainda é - polêmico. Falar sobre *cannabis* pode ser considerado um ato de transgressão do senso comum. Todavia, desde o início do século XXI, as concepções pré-estabelecidas acerca da planta tem passado por transformações significativas. Com isso, é mais perceptível que, atualmente, há maior engajamento por parte da parcela mais progressista da sociedade em desmistificar o uso da maconha, trazendo à tona debates sobre a regulamentação e seus impactos sociais e econômicos.

A *cannabis*, portanto, encontra-se no caminho do meio, oscilando entre o *tabu e a transformação*, como se estivesse no limiar de uma linha tênue, onde cada passo dado pode ter implicações profundas. Vale, neste contexto, contribuir com um estudo que inicia-se com uma breve abordagem histórica sobre a maconha na imprensa brasileira, percebendo quando a mudança de concepção sobre seu uso medicinal muda, alteração esta que tem sido registrada jornalisticamente ao longo dos anos.

A escolha do tema justifica-se pela relevância e repercussão do caso, que gerou grande polêmica no período em questão. O conflito entre o Conselho Federal de Medicina (CFM), que restringiu o uso do CBD, e ativistas, que se posicionaram contra a decisão e pressionaram para que a mesma fosse revogada, é reflexo da polarização em que se encontra o debate acerca da regulamentação da maconha no Brasil. O caso chega a ser um símbolo desse processo que as autoras denominam de *tabu e transformação*. Por um lado, o moralismo ainda insiste em manter o uso da erva sob a ilegalidade. Por outro, com o avanço das pesquisas, o debate cresce para além das questões ideológicas, atingindo os direitos individuais, a legislação e as políticas públicas.

As narrativas jornalísticas de outubro de 2022 no jornal *O Estado de S. Paulo*, no qual o Conselho Federal de Medicina viu-se em meio à posicionamentos pró-restrições do uso para em seguida voltar atrás na decisão ante à repercussão social, demonstram como é papel do jornalismo tocar nos tabus e promover debates públicos, especialmente de assuntos relegados aos silêncios, ou interditos estáticos. Compete ao exercício jornalístico o enfrentamento de temas sociais agudos assim como cabe aos pesquisadores

de jornalismo refletir sobre quando este exercício se aproxima de temas delicados, permitindo, mediante olhares diversos e críticos, dar a ver as transformações estruturais, culturais, sociais, científicas e políticas, bem como os estereótipos e preconceitos já institucionalizados em nossa cultura.

Adentrando no eixo teórico-metodológico, a investigação em andamento segue pela abordagem qualitativa de caráter exploratório, com um viés epistemológico interpretativista. A pesquisa foi baseada em levantamentos bibliográficos com Bourdieu (1997), Traquina (2005), Thompson (1995), Wolf (1987), Lippmann (1922), entre outros. Também foram estudados artigos científicos e textos especializados no contexto histórico da *cannabis* no Brasil e no mundo, como Saad (2019), França (2015), Carlini (2007), Fraga (2018) e Maia (2002).

Para estudo das matérias jornalísticas veiculadas pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, utilizou-se do método analítico proposto por Motta (2007, p. 147), a análise pragmática da narrativa jornalística, em específico o que o pesquisador chama de *primeiro movimento* que corresponde à *recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico*. Ao citar este primeiro passo na análise das narrativas dos jornais, o pesquisador demonstra o cuidado necessário ao lidar com notícias que são construídas periodicamente, com publicações que, por vezes, são descontinuadas. Recompilar a intriga ou o acontecimento jornalístico é levar em consideração, na análise, a serialidade temática e o encadeamento narrativo para compreender um tema que se dá histórico e socialmente no mundo. Nesse caso, as quatro matérias publicadas sobre as polêmicas envolvendo o uso medicinal da *cannabis* e sua restrição pelo CFM, no jornal em foco, foram tomadas em ordem cronológica no mês de outubro de 2022, quando *O Estado de S. Paulo*, narrou jornalisticamente a controvérsia que pode ser resumida pelo binômio estigma/saúde pública.

No último tópico da pesquisa em andamento, reflete-se sobre o contexto da *cannabis* nos dias atuais, considerando as matérias analisadas. Os resultados, até o momento, apontam que *O Estado de S. Paulo* abordou a pauta com narrativas tendendo à desconstrução de estigmas e fomentando o debate sobre o uso medicinal, tendo como suporte o discurso científico e recorrendo a composição jornalística que trouxe aos leitores tanto a historicização da maconha quanto os avanços e retrocessos no debate público sobre tema. Apontando a falha na falta de discussão maior por parte do CFM, o

veículo ampliou o debate apontando para a necessidade de que este se perpetuasse ante a relevância do fortalecimento de políticas públicas em saúde.

BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS DA MACONHA NA IMPRENSA BRASILEIRA

Ao contrário do que muitos pensam, a *cannabis sativa*, popularmente conhecida como maconha, não é uma droga recente em nosso meio. A planta, originária da Ásia, está presente na vida humana há milênios. Apesar de só ter sido registrada cientificamente em 1753, evidências arqueológicas sugerem que a maconha foi uma das primeiras plantas a serem cultivadas pelos povos que, em meados de 10.000 a. C, abandonaram o nomadismo para estabelecer-se em terras férteis (Bennett, 1995).

A China foi pioneira na utilização de uma variedade da planta chamada *cânhamo*, de onde são extraídas fibras utilizadas na confecção de tecidos, cordas e papel, atividade que foi, inclusive, amplamente difundida no mundo. Da China também são provenientes os primeiros registros do uso medicinal da maconha, que há mais de 4 mil anos era utilizada para tratar diversas doenças devido às suas propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e sedativas (Gontiès, 2010).

A maconha tem sido igualmente empregada em rituais espirituais ao redor do mundo como forma de levar o homem a atingir estados alterados da consciência. Nas terras indianas, a planta é considerada sagrada e está intrinsecamente associada à cultura hindu (França, 2015).

No Brasil, uma das hipóteses do surgimento da planta tem relação com a Coroa Portuguesa que, na segunda metade do século XVIII, passou a incentivar a produção industrial da fibra da maconha - o *cânhamo* - em cidades sulistas como Santa Catarina e Espírito Santo. A *cannabis* também pode ter sido introduzida no Brasil pelos povos africanos escravizados em meados de 1549. A hipótese é mencionada em documentos históricos tendo em vista a relação intrínseca entre a maconha e a cultura africana (Carlini, 2006).

A utilização da *liamba*, como é chamada a planta na língua angolana, faz parte de diversas práticas religiosas da África. No Brasil, os negros a consagravam para manter viva parte de sua cultura e aliviar as dores e angústias. Entre os séculos XVII e XVIII, o uso do *fumo d'Angola* por parte da população preta não era um problema para os

escravocratas brasileiros. Enquanto “o tabaco pertencia ao hábito aristocrático dos senhores, a maconha era usada pelos escravos” (Saad, 2019, p. 16). É somente a partir da segunda metade do século XIX que o consumo da planta passa ser motivo para a prisão de africanos e afro-brasileiros, sob a justificativa de que eles eram viciados e criminosos.

A gradual mudança nas concepções pré-estabelecidas sobre a maconha foram registradas nas páginas dos jornais impressos brasileiros que, desde o seu primórdio ainda no início do século XIX, noticiavam fatos relacionados à maconha e seus derivados. Na época em que a planta ainda não era completamente discriminada, notícias relacionadas ao *cânhamo* eram comuns e faziam parte do cotidiano da população. A fibra proveniente da maconha era utilizada até mesmo pela Intendência da Marinha do Brasil, que continuamente comunicava nos jornais impressos a necessidade de se adquirir novas porções do produto.

A partir dos anos 1840, o uso medicinal da maconha passou a ser difundido nas propagandas farmacêuticas presentes na imprensa da época.. A *cannabis indica* era recomendada como um remédio eficaz contra uma série de condições, como evidenciado na imagem 1. As publicidades do cigarro *Grimault*, desenvolvido na França e exportado para diversas partes do mundo, garantiam que o produto auxiliava na dificuldade respiratória, além de proporcionar um sono reparador.

Imagem 1 - Propaganda dos cigarros Grimault de 1927

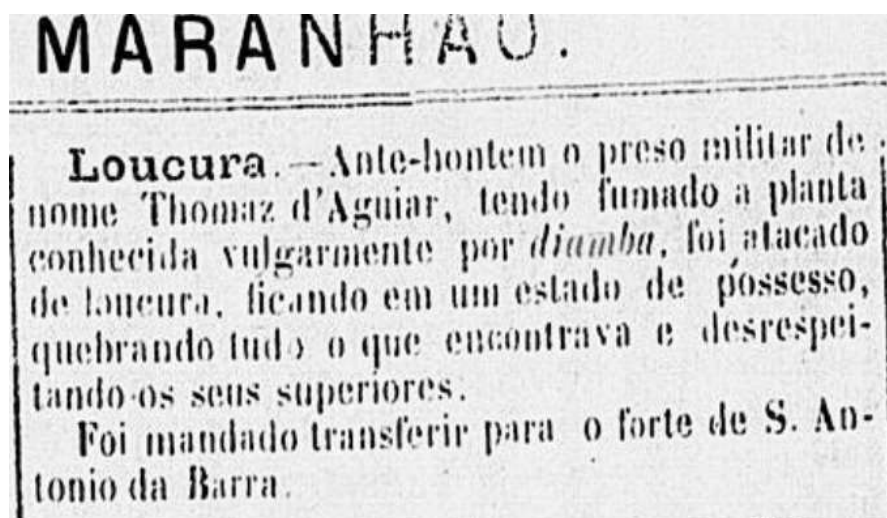


Fonte: A História da Maconha no Brasil (Carlini, 2006)

No final do século XIX, embora ainda circulassem pelo país notícias que relatavam os benefícios da erva, as práticas envolvendo o seu uso começaram a ser criminalizadas. A planta passou a ser associada a loucura, violência e diversos tipos de

crimes, sendo descrita como *erva maldita*, *planta assassina* e *cigarro da morte*. A notícia abaixo (ver imagem 2), publicada no periódico *Diário do Maranhão* no ano de 1876, relatou que um homem foi preso por fumar a diamba, que significa cânhamo na língua africana quimbundo. O texto menciona que o indivíduo, ao fumar a erva, foi "atacado por loucura", o que sugere uma associação negativa e alarmante entre o uso da *diamba* e comportamentos negativos.

Imagem 2 - Diário do Maranhão, 1876



Fonte: Hemeroteca Digital, 2023

Acredita-se que, após a abolição da escravidão em 1888, a criminalização da maconha foi a maneira que as elites encontraram de manter o controle social sobre a mão de obra e restringir as liberdades individuais dos recém libertos. Além disso, durante o período de transição para um sistema de trabalho livre, a maconha passou a ser percebida como uma potencial ameaça à ordem estabelecida. Essa preocupação, combinada com estereótipos e preconceitos raciais enraizados na sociedade, contribuiu para a associação da maconha com a criminalidade (Fraga, 2020).

Em meio a esse contexto, a imprensa teve papel essencial no que tange a disseminação de estereótipos discriminatórios, uma vez que estabelecia uma conexão direta entre o uso de maconha e atos violentos. Em 1932, a planta foi proibida no Brasil e, durante décadas, a mídia ajudou a perpetuar a ideia de que usuários de *cannabis* estariam mais propensos a cometer crimes, gerar desordens e ter alucinações.

Mais de 80 anos após a proibição, ainda vivemos um momento singular no que diz respeito às legislações do plantio e consumo da erva. Enquanto a maconha como

medicamento tem ganho mais visibilidade e gerado lucro para indústrias farmacêuticas, o comércio ilegal da planta movimenta o tráfico de drogas e o Estado proibicionista continua a financiar a *guerra às drogas*.

Desde que a legalização da *cannabis* entrou para o debate público no Brasil, impulsionado pelos movimentos antiproibicionistas, o dilema em torno do tema tem sido objeto de intensos embates e discussões. O cenário contemporâneo reflete uma sociedade polarizada, na qual diferentes perspectivas convergem. Exemplo desse embate pode ser observado no caso escolhido como o objeto de análise desta pesquisa: a restrição do uso de canabidiol feita em outubro de 2022 pelo Conselho Federal de Medicina (CFM), seguida da revogação da medida cerca de 10 dias após a sua publicação.

O conflito estabelecido entre a entidade e associações, pacientes e ativistas a favor da regulamentação da *cannabis* ficou estampado nas matérias jornalísticas do jornal *O Estado de S. Paulo*. Em 14 de outubro de 2022, o CFM publicou uma norma jurídica que abalou as estruturas do cenário canábico brasileiro. Por meio da Resolução 2.324/228 (Brasil, 2022), a entidade restringiu o uso de medicamentos à base de maconha, permitindo a prescrição somente à crianças e adolescentes que não respondem aos tratamentos convencionais em apenas dois tipos de epilepsia (síndromes de Dravet e Lennox-Gastaut) e no complexo da esclerose tuberosa. Com a norma, médicos seriam ainda proibidos de receitar óleo de canabidiol para outros tipos de doenças e, além disso, não poderiam ministrar palestras ou cursos sobre o tema.

A medida causou revolta e grande polêmica nos setores mais progressistas da sociedade, o que resultou em um desdobramento midiático, político e social do acontecimento que será analisado nos próximos capítulos. Para as autoras da pesquisa, o caso é emblemático e demonstra que a discussão sobre a regulamentação da planta tem sido marcada por idas e vindas, refletindo as diversas posições sociais e políticas existentes.

As mudanças de paradigma no Brasil em relação ao uso da maconha são mediatizadas pelos meios de comunicação e a forma como estes acontecimentos são veiculados impacta na compreensão dos fatos (Costa, 2013). Isso porque a mídia desempenha um papel crucial na moldagem das opiniões e percepções públicas, influenciando a maneira como os indivíduos interpretam e avaliam questões sociais complexas.

Nos anos 1920, a influência da mídia na cultura e vida humana já era uma preocupação para o jornalista e escritor Walter Lippmann. Em *Public Opinion* (1922), uma de suas mais importantes obras, o autor argumenta que aquilo que acreditamos ser verdade não é um reflexo direto da realidade, mas sim uma construção mediada pela mídia e pela interpretação individual.

Os conceitos dispostos na obra de Lippman são a essência da *agenda-setting*, uma hipótese proposta em 1972 pelos pesquisadores Maxwell McCombs e Donald Shaw. Essa teoria inicialmente sugeriu que os meios de comunicação de massa orientam quais assuntos merecem ser objeto de reflexão e debate. No entanto, pesquisas posteriores realizadas em 1993 revelaram que os meios de comunicação não apenas direcionam nossa atenção para determinados assuntos, mas também influenciam a forma como devemos pensar sobre eles e, conseqüentemente, moldam nosso próprio pensamento (Traquina, 2005 *apud* Shaw, 1993).

Através da mídia, a realidade social é representada de forma fragmentada, sendo construída e reconstruída. Os jornalistas, por sua vez, captam o mundo através de lentes seletivas, filtrando informações e moldando narrativas. Bourdieu (1977), chama de *óculos particulares* as lentes que direcionam a forma como os jornalistas percebem e interpretam a realidade, voltando seu olhar para certos aspectos e relegando outros ao silêncio.

A seleção, filtragem e elaboração das notícias é realizada com base em critérios chamados *valores-notícias* (Wolf, 1987). O processo de construção resulta em recortes selecionados da realidade que, por conseguinte, criam narrativas em torno dos eventos. Essas narrativas, na visão de Luiz Gonzaga Motta (2005), atravessam qualquer tipo de forma de comunicação e permeiam todas as esferas da sociedade, instituindo significado à vida humana.

Nesse sentido, o jornalismo se revela não apenas como um observador neutro, mas como um protagonista ativo na definição na construção do nosso entendimento coletivo do mundo, afinal a realidade não é um dado absoluto e imutável, mas um produto socialmente construído. Para Peter L. Berger e Thomas Luckmann (1966), a realidade é formada através dos significados que atribuímos a ela durante nossas interações sociais. Nossa percepção e compreensão dos acontecimentos que nos rodeiam são parte dessa teia simbólica na qual estamos inseridos e onde realizamos uma interpretação subjetiva dos eventos.

. O senso comum, isto é, as crenças e valores que somos ensinados ainda crianças e que consideramos ser nossa ética-moral, faz parte de uma construção social. As narrativas, portanto, são construídas a partir desse conjunto de convenções e estruturas sociais. Sendo assim, estudá-las nos dá a possibilidade de ir além do enunciado e entender o que encontra-se nas entrelinhas e na construção dos sentidos pretendidos.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Para analisar um tema que perpassa por diversas questões políticas, econômicas e sociais da humanidade, optou-se pela perspectiva interpretativista, tendo em vista que esta reconhece que a realidade social é construída e interpretada pelos atores sociais, e que essa construção está enraizada em processos de significação. Já a abordagem qualitativa de caráter exploratório nos permitiu explorar novas percepções acerca da realidade de uma maneira mais aberta e interativa.

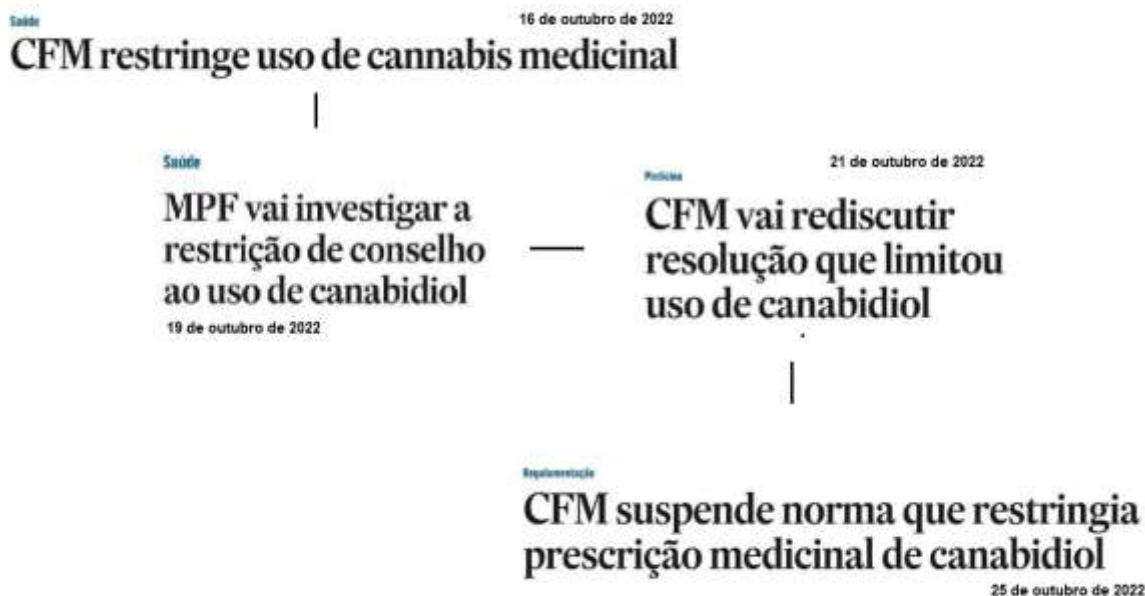
Com o fim de aprofundar e desvendar alguns dos aspectos sócio-culturais que se fazem presentes na relação *cannabis-imprensa*, foram investigados livros, artigos científicos e textos voltados ao fazer jornalístico, bem como ao contexto histórico-social em que a maconha está inserida. Além disso, as matérias jornalísticas presentes em periódicos que circularam entre os séculos XIX e XX, consultados através da Hemeroteca Digital, foram essenciais para o entendimento de como a planta era vista pela sociedade daquele período.

Em relação ao objeto de pesquisa, a escolha do jornal *O Estado de S. Paulo* se deu não apenas devido à sua relevância histórica e sua posição de destaque na imprensa brasileira, mas também pelo seu viés conservador, que influencia a forma como o jornal constrói suas narrativas ao longo do tempo.

Para estudar as narrativas que evidenciaram o conflito causado pela restrição do uso medicinal do CBD, o Acervo Digital do jornal *O Estado de S. Paulo* foi indispensável. Durante a busca, foram utilizados termos-chaves como “*cannabis*” “*maconha*” “uso medicinal” e “regulamentação” a fim de localizar as notícias que tratavam sobre a restrição do uso de canabidiol no Brasil. Ao todo, foram selecionadas quatro matérias jornalísticas que narram o desenvolvimento do acontecimento e suas repercussões, publicadas entre os dias 16 e 25 de outubro de 2022 (veja tabela abaixo). As narrativas

estão concentradas na editoria Metrópole, que traz notícias relacionadas à cidade e assuntos atuais que impactam na sociedade, como é o caso da *cannabis*.

Imagem 3 - Título das matérias selecionadas no jornal *O Estado de S. Paulo*



Fonte: Acervo Digital do Estadão, 2023

O método escolhido para analisar as matérias em questão foi a análise pragmática da narrativa jornalística, proposto por Motta (2007). A teoria envolve a investigação das escolhas linguísticas, estruturais e discursivas feitas pelos jornalistas para construir significado e transmitir informações. Neste artigo, focaremos, inicialmente, no que o autor denomina de *primeiro movimento* da recomposição do *acontecimento-intriga*.

Ao nos voltarmos às narrativas jornalísticas, é preciso levar em consideração o fato de que os relatos jornalísticos são, em sua grande maioria, dispersos e efêmeros. Para analisá-los com um olhar que vá além das fragmentadas narrativas, é preciso “conectar as partes, identificar a serialidade temática e o encadeamento narrativo cronológico para compreender o tema como síntese”. Ou seja, é preciso reordenar o acontecimento jornalístico.

Esse movimento, por sua vez, é o primeiro passo para compreender a “diegese ou a projeção de um mundo a partir do enredo e das sugestões que dele emanam” (Motta, 2005, p. 4). Dessa forma, ao realizarmos a recomposição dos fatos, podemos analisar a

abordagem tomada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, que em si, pode contribuir em última instância, com a construção social de significados em relação à *cannabis*.

RECONFIGURAÇÃO DO ACONTECIMENTO-INTRIGA: ANÁLISE E REFLEXÕES

O *acontecimento-intriga* que iremos recompor tem um início definido, embora a metanarrativa - relacionada às questões morais e sociais de determinado tema - que envolve a trama venha sendo desenvolvida há décadas. Não há, no entanto, um fim propriamente dito apontado para a história, uma vez que os desfechos dessa narrativa seguem se refazendo constantemente, dia após dia.

Nessa perspectiva, nossa análise teve início com uma notícia publicada no jornal *O Estado de S. Paulo* em 16 de outubro de 2022: “CFM restringe uso da *cannabis* medicinal”, dizia o título da matéria. Com meia página do caderno dedicada ao assunto, o repórter - ou narrador - contou sobre os bastidores da tomada de decisão. Embora o objetivo aqui não seja analisar o texto em si, as expressões e modos de comunicar utilizados não deixam de ser importantes para a construção da intriga e sua continuidade.

A notícia informava que o CFM havia sido tomado a decisão com base em “revisões científicas” (aspas utilizadas pelo próprio narrador) e que a mesma foi entendida como controversa, uma vez que, na época, já existiam produtos medicinais canábicos disponíveis no mercado e autorizados pela Anvisa. Dessa forma, a intriga é, aos poucos, descortinada. Uma certa tensão e suspense começam a pairar no ar. Esse primeiro momento também prepara o terreno para o desenrolar da história, o que pode ser feito através de tempos verbais que expressam ação futura, indicando um possível novo rumo para o acontecimento.

O segundo momento da estória é marcado por um desequilíbrio proveniente do surgimento de novos fatos, ou da própria intriga. Conseguimos captar esse conceito na matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 19 de outubro de 2022, três dias após o primeiro capítulo ser veiculado. Devido à repercussão negativa da medida, na qual médicos, associações, pacientes e ativistas se manifestaram contra a mesma, o Ministério Público Federal decidiu investigar a restrição dada ao uso da *cannabis*, trazendo um ar de “desestabilização” (MOTTA, 2005, p. 5).

Não demorou muito para que o CFM reavaliasse a sua postura. No dia 21 de outubro foi publicado um novo episódio da intriga. Diferente das duas primeiras matérias publicadas, a terceira contou com uma imagem de plantação da maconha na Tailândia. O texto dava conta de que o órgão de saúde federal havia decidido rediscutir a decisão por meio de uma consulta pública, onde a sociedade em geral pudesse argumentar sobre o assunto. Muito embora o conselho não tenha admitido estar errado sobre o seu posicionamento, dizia a notícia, a consulta pública seria o primeiro passo em direção a revisão da resolução. Esse terceiro momento é denominado de transformação, que ocorre quando há uma de reviravolta e revelação, gerando expectativa e engajamento por parte do público: o clímax (MOTTA, 2005).

Finalmente, em 25 de outubro de 2022, uma página inteira da editoria MetrÓpole foi dedicada ao que seria o “último” capítulo do desenrolar da trama: a resolução, onde o conselho federal revogou a decisão. A quantidade de espaço dedicada à notícia ressalta a importância e a relevância atribuídas à resolução do impasse e sugere que o jornal reconhece a magnitude das repercussões.

As inúmeras críticas feitas pela sociedade brasileira após a publicação da medida fez com que o CFM voltasse atrás, deixando a cargo dos médicos a ação de prescrever, ou não, a *cannabis* aos mais diversos tipos de tratamento. No texto, as manifestações ocorridas podem ser interpretadas pelo receptor como um elemento-chave que influenciou a reversão da decisão.

O *acontecimento-intriga*, portanto, revela o embate político entre os atores sociais da narrativa e demonstra a polarização existente no debate sobre a regulamentação da planta no país.

O SENTIDO DO FATO: DISCUSSÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental reconhecer a existência de um pano de fundo subjacente ao examinarmos a narrativa jornalística. Um fato não ocorre de maneira isolada e, certamente, não é reportado sem intenções. O desenrolar deste acontecimento-intriga, iniciado com a resolução publicada pelo CFM e concluído com a sua revogação, representa uma metanarrativa já enraizada em nossa sociedade: a questão cultural, política e social da *cannabis* e os desafios envolvidos em sua regulamentação no país.

O conflito estabelecido entre o CFM e os personagens que são a favor da regulamentação da planta é um sintoma simbólico de nosso contexto atual. Enquanto as evidências científicas comprovam os benefícios do uso medicinal da *cannabis* e outros países que já liberaram seu uso mostram a importância da regulamentação, o conservadorismo, moralismo e a politização em torno do tema dificultam um avanço ágil no debate.

Ao analisarmos a construção da narrativa, é possível perceber que o jornal *O Estado de S. Paulo* adotou uma posição que tende a desconstrução de estigmas relacionados à maconha. O jornal em questão, historicamente associado a posições mais conservadoras em relação a tópicos como a *cannabis*, abordou o tema de uma maneira mais progressista ao utilizar-se de um discurso científico como suporte à narrativa, contribuindo para a desmitificação da planta e, conseqüentemente, para a desconstrução dos estigmas enraizados em torno dela.

O narrador incorporou elementos históricos ao lembrar as idas e vindas da regulamentação do uso da planta no país, o que trouxe uma dimensão mais crítica à narrativa, permitindo aos leitores compreender a evolução das percepções e políticas relacionadas à *cannabis* ao longo do tempo.

O fato de que um veículo de comunicação tradicionalmente conservador tenha optado por adotar uma postura mais progressista nesse caso sugere que a narrativa em torno do uso de CBD está, de fato, evoluindo. Isso não apenas influencia o debate público, mas também serve como um reflexo mais amplo das mudanças de atitude e perspectiva na sociedade em relação à *cannabis* e ao seu potencial medicinal.

Neste sentido, reconhecemos que as narrativas jornalísticas desempenham um papel fundamental na construção dos sentidos compartilhados socialmente. Elas contribuem para a formação de discursos, debates e opiniões públicas. O desafio jornalístico contínuo reside, portanto, em superar as barreiras do conservadorismo arraigado e da politização, a fim de promover um debate público informado e equilibrado em relação à regulamentação da *cannabis* e ao seu uso medicinal.

Em última análise, precisamos lembrar que o processo de construção de sentidos não é linear. As narrativas jornalísticas (ou os meios de comunicação) são apenas uma parte deste grande ecossistema que envolve outros elementos como a política, a economia, a cultura e as experiências individuais. Essa interconexão entre diferentes

instituições da sociedade cria uma teia complexa de significados e interpretações que colocamos em prática dia após dia e que, inevitavelmente, está em constante movimento.

O sentido das coisas não é cristalizado. Nós construímos e reconstruímos diariamente a nossa realidade porque estamos em constante processo de reflexão, reorganização, reordenamento e reconstrução. Quase tudo aquilo que geralmente achamos saber ou conhecer da vida pode vir a ser transformado. Muitas destas coisas são versões construídas socialmente durante anos, como é o caso da *cannabis*, que nos dias atuais passa por um processo de reconstrução social, ainda que muitos estigmas estejam ligados a ela.

À medida que nos aproximamos do fim desta jornada de reflexão, é crucial lembrar que os meios de comunicação, embora sejam guiados por tendências políticas e econômicas, bem um editor ou jornalista é guiado por suas crenças e valores, têm a responsabilidade de prestar um papel social, através da promoção de debates que privilegiam diferentes abordagens e perspectivas da sociedade.

REFERÊNCIAS

BERGER, P. L., & LUCKMANN, T. **The social construction of reality: A treatise in the sociology of knowledge**. New York: Anchor, 1966.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão: seguido de a influência do jornalismo e os Jogos Olímpicos**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997. (Trad. Maria Lúcia Machado)

CARLINI, E. A. **A história da maconha no Brasil**. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, v. 55, n.4, 2006.

COSTA Junior, Achylles de Oliveira. **Os discursos socioculturais na internet sobre a legalização da Cannabis Sativa** / Achylles de Oliveira Costa Junior. – 2013. 298 f.

FRAGA, Paulo Cesar Pontes; MARTINS, Rogéria Silva; RODRIGUES, Luzania Barreto. **Discursos sobre a maconha na imprensa brasileira na primeira metade do Século XX**. *Revista Teoria e Cultura, Juíz de Fora*, v. 15, n. 2, p. 28-43, julho, 2020.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **História da maconha no Brasil**. São Paulo, Três Estrelas, 2015.

GONTIÈS, B.; ARAÚJO, L. F. de. **Maconha: uma perspectiva histórica, farmacológica e antropológica.** Mneme - Revista de Humanidades, [S. l.], v. 4, n. 07, 2010.

LIPPMANN, Walter. **Public Opinion.** New York: The Macmillan Co, 1922. Disponível em: . Acesso em 8 jun. 2023.

MAIA, Gustavo Junqueira Costa. **A maconha no Brasil Através da imprensa (1808 - 1932).** Rio de Janeiro, 2022.

MINAYO, M. C.S. **Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade.** Ciência & Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 17, n. 3, p. 621-626, 2012.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise pragmática da narrativa jornalística.** Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Vol. 28. Intercom, 2005.

O ESTADO DE S. PAULO. São Paulo. 19 out 2022. Ano 143, nº 47118.

SAAD, L. **“Fumo de negro”: a criminalização da maconha no pós-abolição.** Salvador: EDUFBA, 2019, 160 p. Drogas: clínica e cultura collection. ISBN: 978- 65-5630-297-3.

THOMPSON, J. B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia.** Petrópolis: Ed. Vozes, 2011. Prefácio, Introdução e Capítulo 01 – Comunicação e Contexto Social, p. 21 – 72.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo: A tribo jornalística** – uma comunidade interpretativa transnacional. Florianópolis: Insular, v. 02, 2005b.

WOLF, M. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Ed. Presença, 1987.